



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Ata da Nona Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 29(vinte e nove) de setembro do ano de 2020(dois mil e vinte).

Às dez horas do dia 29(vinte e nove) de setembro do ano de 2020 (dois mil e vinte) sob a Presidência do Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo e com a ocupação “ad hoc” da Primeira Secretaria pelo Vereador Vagne Azevedo Simão reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Leticia dos Santos Jotta, Oséias Rodrigues Couto, Silvio David Pio Oliveira e Vinícius Correa. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta 114ª (CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) LEGISLATURA (2017 - 2020) - 30ª PERÍODO (01/01/2019 À 31/12/2020) DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Atas dos dias 15/09/2020 e 22/09/2020. Cumprido o rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: **PROJETO DE LEI: 0010/2020 - OSEIAS RODRIGUES COUTO**, DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL RECEBEREM DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS, INCLUSIVE COMPUTADORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS TECNOLÓGICOS DE PESSOAS FÍSICAS, EMPRESAS, ONGS E AUTARQUIAS NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO; **PROJETO DE LEI: 0096/2020 - ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇO**, INSTITUI MEDIDAS DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DURANTE A DECLARAÇÃO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO; **PROJETO DE LEI: 0107/2020 - MIGUEL FORNACIARI ALENCAR**, DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI, QUANDO TRATAR-SE DE AQUISIÇÃO DO PRIMEIRO IMÓVEL DO CONTRIBUINTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **PROJETO DE LEI: 0108/2020 - SILVIO DAVID PIO OLIVEIRA**, CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE DE CABO FRIO, ARRAIAL DO CABO E ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO; **PROJETO DE LEI: 0118/2020 - LETICIA DOS SANTOS JOTTA**, DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA; **PROJETO DE LEI: 0119/2020 - RAFAEL PEÇANHA DE MOURA**, INSTITUI O PROGRAMA BICICLETAS COMPARTILHADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO; PROJETO DE LEI: 0120/2020 - SILVIO DAVID PIO OLIVEIRA, INSTITUI A SEMANA DE INCENTIVO DE AÇÕES

CONTÁBEIS NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; **REQUERIMENTO: 0106/2020 - LUIS GERALDO SIMAS DE AZEVEDO**, REQUER OUTORGA DE MOÇÃO DE APLAUSOS À PEDAGOGA E INTÉRPRETE DE LIBRAS, À SENHORA LUCIANA ELIZA DE OLIVEIRA HUGUENIN DIAS; **REQUERIMENTO: 0107/2020 - LETICIA DOS SANTOS JOTTA**, REQUER INFORMAÇÕES E EXPLICAÇÕES DO PODER EXECUTIVO REFERENTE ÀS GRADES QUE ESTÃO NA ORLA DA PRAIA DO FORTE, CONTRATO DE LOCAÇÃO DA EMPRESA COM VALORES DE CUSTOS E O DESTINO APÓS A UTILIZAÇÃO; **REQUERIMENTO: 0108/2020 - LETICIA DOS SANTOS JOTTA**, REQUER ENVIO DE EXPEDIENTE AO EXMO. SR. PREFEITO SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE POSSÍVEIS DEMISSÕES DE CONTRATADOS EM PERÍODO ELEITORAL; **INDICAÇÃO: 0019/2020 - OSEIAS RODRIGUES COUTO**, SOLICITA AO EXMO. SENHOR PREFEITO PROVIDÊNCIAS EMERGENCIAIS NO REPARO E MANUTENÇÃO DOS SEMÁFOROS SITUADOS NA RODOVIA RJ 106, LOCALIZADOS NO 2º DISTRITO, TAMOIOS, BEM COMO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS PARA AUXILIAR NA TRAVESSIA DE PEDESTRES E AUMENTAR A SEGURANÇA NA VIA; **INDICAÇÃO: 0055/2020 - ADEIR NOVAES**, SOLICITA AO EXMº. SENHOR PREFEITO A REFORMA DAS COBERTURAS DOS PONTOS DE ÔNIBUS EM TAMOIOS 2º DISTRITO DE CABO FRIO; **INDICAÇÃO: 0116/2020 - ADEIR NOVAES**, SOLICITA AO EXMO. SR. PREFEITO A TROCA DAS LÂMPADAS QUEIMADAS NO BAIRRO FLORESTINHA EM TAMOIOS, 2º DISTRITO DE CABO FRIO; **INDICAÇÃO: 0204/2020 - RAFAEL PEÇANHA DE MOURA**, SOLICITA AO PODER EXECUTIVO A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA CONSULTÓRIO NA RUA, INSTITUÍDA PELA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA, VISANDO A AMPLIAÇÃO DO ACESSO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a **Tribuna** aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como primeira oradora inscrita aa **Vereadora Leticia dos Santos Jotta**, Leticia Jotta, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Em seguida, teceu críticas ao governo municipal, destacando que o mesmo tirava os direitos dos servidores municipais e certamente acreditava que a Câmara ficaria inerte com relação ao descaso do mesmo para com a população. Em seguida disse que a licitação, as demissões e posterior contratação dos servidores, poderiam não ser ilegais, mas, eram imorais, em virtude das proximidades das eleições. Disse ainda, que os funcionários da COMSERCAF seriam demitidos após o término dos contratos, o que era uma manobra com objetivos eleitorais, mas, que estaria sempre na defesa do povo fiscalizando todos os desmandos do prefeito, até o último dia de seu mandato. Com relação ao hospital da UNILAGOS observou que, estaria apurando os fatos, bem como as grades da praia do Forte que não serviam de nada, já que a praia estava sempre lotada. Reiterou ainda, que com o fechamento da UNILAGOS os pacientes estavam sendo colocados no sistema para tentar vagas em leitos fora do município, o que era uma situação lamentável. Disse que a candidatura do prefeito à reeleição parecia piada, em decorrência do péssimo governo de Adriano Moreno. Após disse que, em meio à pandemia houvera cerca de mil contratações e que o chefe do Executivo Municipal fazia uso dos cargos públicos para fazer campanha. Disse que o

mesmo não exercia as leis, porém suas manobras não passariam em vão, visto que continuaria fiscalizando e não permitiria covardia para com a população, no que encerrou sua fala. A seguir, o senhor presidente disse que com relação a licitação da COMSERCAF aludida pela vereadora Letícia Jotta, a mesma era lícita, mas, que as demissões não eram, assim, as pessoas que haviam sido demitidas tinham todo o direito de buscar a reparação daquela situação absurda. Reiterou que haveria uma CPI aberta para investigar aquela situação, e que tudo seria feito com a maior brevidade possível. Voltando a fazer uso da palavra, a Vereadora Letícia Jotta disse que a lei estava sendo ferida, em virtude de que os funcionários já haviam sido avisados que trabalhariam até o dia trinta, o que não fazia nenhum sentido. Disse, que recorrentemente batia naquela tecla sobre as demissões, por não poder esconder sua indignação. Após, o senhor presidente franqueou a Tribuna ao **Vereador Vagne Azevedo Simão**, que inicialmente saudou a todos. Continuando, reportando-se ao discurso da Vereadora Letícia Jotta disse que, no mês de março já alertava sobre a citada licitação na monta de cerca de trinta e quatro milhões de reais. Disse, que estava sendo usado um parecer do Tribunal de Contas para justificar as contratações, mas, que a assinatura do contrato em período eleitoral, com o fato de que os funcionários seriam demitidos a partir do dia dois, era um grande absurdo. Disse que tais trabalhadores estavam aterrorizados por saberem que perderiam seus empregos. Em seguida, observou que fora dito que a arrecadação melhorara, o que não era verdade, assim, era necessário apurar os fatos, já que estava claro que existia um interesse eleitoral. Disse também, que os funcionários da COMSERCAF estavam sendo ameaçados e coagidos, e mais, afirmou que o modelo político proposto pelo atual governo causava indignação, visto que poderia até mesmo prejudicar ao prefeito que conseguisse vencer as eleições. Ao final, enfatizou que o governo municipal tinha 92% de rejeição e ainda era candidato à reeleição. Disse que o parecer do Tribunal de Contas, usado para embasar as presentes contratações, era de 2019 e não poderia ser utilizado em pleno período eleitoral, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o **Vereador Silvio David Pio Oliveira**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Após comentou sobre o caso de uma senhora, que mesmo estando em licença maternidade fora demitida, o que era inadmissível. Disse, que o prefeito dizia ser filho de Cabo Frio e amar o município, mas, que desprezava a cidade massacrando os munícipes. Disse, que os funcionários eram cidadãos que na verdade eram os patrões dos vereadores e que era inadmissível a irresponsabilidade de demitir chefes de família em um momento difícil de pandemia. Observou, que o prefeito não teria coragem de entrar nas comunidades, onde ele próprio entrava e mostrava sua “cara”. Disse que, nem mesmo o secretário de obras procurava amenizar o desespero do povo, que convivia com ruas em estado muito precário, obstruídas por crateras. Comentou sobre o sistema novo nos ESFs, que ainda não fora implantado deixando o povo desassistido, assim, deixava seu repúdio àquela situação. Disse, que com relação aos Contadores, sua proposição tinha como objetivo conceder o título de Utilidade Pública à Associação de Contadores, visto que a mesma já existia havia muito tempo. Disse ainda, que aquela categoria em muito beneficiava a economia do município e era merecedora de todo respeito, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o **Vereador Oséias Rodrigues Couto**, que inicialmente agradeceu a Deus pelo livramento do

Vereador Ricardo Martins, que fora recentemente baleado. Após comentou sobre a situação dos funcionários da COMSERCAF ressaltando que era lastimável que tais pessoas estivessem à mercê de uma ação política que por certo não promoveria ninguém nas próximas eleições. Após, criticou a área de Saúde, destacando que no governo atual passara por seis secretários. Disse que estivera com o atual Secretário Bruno e mais uma vez discutira temas tão importantes para o Distrito de Tamoios e obtivera a informação de que haveria um centro de imagem em Tamoios. Ressaltou, que o Segundo Distrito tinha prioridades como mobilidade urbana e outras demandas, mas, que os governos no decurso do tempo vinham defendendo o indefensável. Observou, que eram criadas diversas objeções e regras que impediam o povo de Tamoios de acertar seus impostos, o que caracterizava uma grande falta de respeito para com tais pessoas. Disse, que um governo se fazia com atitudes e que o atual prefeito fora omissivo durante todo o seu mandato. Afirmou, que as escolas do Segundo Distrito eram insuficientes e que as aulas sempre eram interrompidas por greves. Disse, que gostaria de ver chegar o tempo em os governos respeitassem o povo de Tamoios, no que encerrou sua fala. A seguir, fez uso da palavra o **Vereador Vinícius Corrêa** comentou sobre a contratação da empresa Ecomix, ressaltando que ninguém estava questionando a legalidade da contratação, mas, que o momento de proximidade das eleições faziam pensar sobre o próximo governo e que poderia até mesmo afetar completamente a folha de pagamento do município. Disse que, as denúncias não paravam de chegar, inclusive tomara conhecimento de que os funcionários da COMSERCAF estavam sendo obrigados a pedirem demissão ou não seriam recontratados. Disse que não era possível que os órgãos competentes estivessem surdos para aquela situação onde famílias estavam sendo coagidas e que tal fato caracterizavam uma grande ameaça para o próximo governo. Disse, que era contra a contratação de empresas e demissões de funcionários em período eleitoral e que contratações naquele período feria a lei, mas, que as demissões feriam ainda mais. Disse que, havia pessoas que por anos limpavam as ruas e era um covardia aquela situação. Disse que a CPI investigaria o caso e que a Casa Legislativa estaria apurando os fatos, no que encerrou sua fala. Após, o senhor presidente disse que aquela situação era desumana e que a CPI seria criada em breve. Em seguida, disse que em nome dos Nobres Pares e de todos os funcionários da Casa desejava ao Vereador Ricardo Martins um retorno rápido à Casa. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna e nem “quórum” para a deliberação das matérias no segmento dedicado a **Ordem do Dia**. O Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.